

Ponto de vista  
Educação e discriminação racial  
Joaci Góes

Aos queridos amigos Camila e Aderval Gomes.

Covid 19, hors concours, à margem, entre os temas mais presentes na mídia, neste começo de ano, avulta o da discriminação racial em nosso País. Desgraçadamente, nada tem sido tão imutável na vida brasileira como as desvantagens sociais de nossa negritude. Parece que, ao invés de melhorar, a posição dos negros na sociedade brasileira piora, como se infere de algumas estatísticas acabrunhantes, no plano da renda e do exercício de atividades relevantes na hierarquia de vários domínios do espectro social. É tão antiga quanto a Abolição da Escravatura a percepção de que a liberdade formal dos negros não se fez acompanhar de conquistas materiais, indispensáveis ao exercício de uma cidadania plena.

Desejamos acentuar que os negros continuam oprimidos, acima de tudo, porque a ascensão social pela educação não tem sido o elemento de proa de sua epopeia dolorosa, e que a mera denúncia repetitiva dos maus tratos sofridos, com a exigência da necessária punição dos infratores, não tem melhorado sua posição na escala social, um século e trinta e três anos decorridos da Abolição. A saga vitoriosa do oprimido e escravizado povo judeu é prova disso. Sem prejuízo das medidas tradicionais para combater essa condenável postura de nossa sociedade, recorramos a alguns dados extraídos do primeiro volume da trilogia, sob o título Escravidão, do jornalista e historiador Laurentino Gomes, para evidenciar o papel fundamental da educação na superação deste que é um dos nossos maiores males.

Enquanto negros e pardos, inclusive mulatos e mestiços, representam 54% da população brasileira, sobe a 78% sua participação entre os 10% mais pobres do País. Do outro lado da moeda, é de apenas 18% a presença de negros no time dos 1% mais ricos. Como causa tangível e previsível desse mau desempenho figura o tempo de estudo. Para pouco mais de 22% dos brancos com 12 ou mais anos de escolaridade, há, apenas, pouco mais de 9% dos negros! Na mesma linha desse flagrante handicap social, o percentual de 10% dos negros analfabetos é mais do dobro dos brancos, no mesmo patamar de penúria intelectual. O reflexo dessa gritante diferença nas taxas de desemprego é uma consequência natural: 13,6% para os negros e 9,5% para os brancos. O valor médio dos salários não é exceção a essa previsível regra geral: os brancos ganham R\$2.814,00, em média, mensalmente, contra R\$ 1.570,00 para os negros, uma diferença de quase 80% em favor dos brancos.

Ao fim da primeira década do terceiro milênio, apesar de comparecerem com cerca de 30% dos estudantes de mestrado e doutorado, os negros só alcançaram menos de minguados 0,5% do total dos doutores nas diferentes áreas do saber, e com menos de 2% dos professores

da USP-Universidade de São Paulo! No exercício de profissões de maior prestígio, os negros estão muito abaixo de sua expressão populacional: apenas 10% dos engenheiros; 21% dos advogados; 17% dos veterinários; 12% dos pilotos de aeronaves; 11% dos professores de Medicina. Nos 50 anos transcorridos entre 1965 e 2015, apenas 10% dos livros publicados por brasileiros foram de autoria de escritores negros. Entre as vítimas de homicídio, os negros representam 85%, contra 15% de brancos. Compondo a população de encarcerados, os negros entram com 75%, número 40% superior à cota que matematicamente lhes caberia representar, nessa trágica estatística. Como conseqüência natural desse quadro de gritantes desigualdades, os negros representam a esmagadora maioria dos que vivem em ambientes carentes da infraestrutura material mínima para o saudável exercício da cidadania, como habitação decente, saneamento básico, energia, segurança, educação e atendimento médico. Na representatividade política, a desvantagem dos negros segue o mesmo padrão: não chegou a 4% o número dos eleitos para o Legislativo, nas eleições gerais de 2018, apenas, 65, entre 1.626. Na relação das 500 maiores empresas brasileiras, apenas 4,7% dos postos de comando e 6,3% das posições gerenciais pertencem a negros. A começar pelo Supremo Tribunal Federal, onde Joaquim Barbosa figurou como exceção, a presença de negros nos tribunais superiores brasileiros, como nos tribunais regionais e estaduais constitui marcante exceção.

Não seria buscar corrigir essas distorções uma prioridade da nossa UFBA, sobretudo tendo em vista que Salvador é a maior cidade negra do mundo, fora do continente africano?